

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

FERNANDO APARECIDO CAMARA

**Formulação e Planejamento de Políticas Públicas com auxílio de
Sistema de Informações Geográficas - SIG.**

**Matinhos
2014**

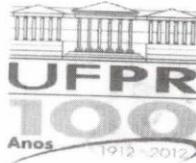
FERNANDO APARECIDO CAMARA

**Formulação e Planejamento de Políticas Públicas com auxílio de
Sistema de Informações Geográficas - SIG.**

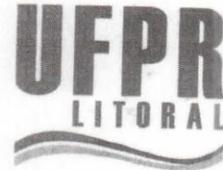
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Questão Social pela Perspectiva
Interdisciplinar, Universidade Federal do
Paraná, Setor Litoral.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Rodrigues
Monteiro

**Matinhos
2014**



Ministério da Educação
 Universidade Federal do Paraná
 UFPR Litoral
 Curso de Especialização em Questão Social
 pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Mestre **RICARDO RODRIGUES MONTEIRO**, realizaram em 29/11/2014 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **FERNANDO APARECIDO CAMARA**, sob o título "**FORMULAÇÃO E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM AUXÍLIO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS - SIG**", como quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "AS".

Matinhos, 29 de novembro de 2014.

Prof. MSc. Ricardo Rodrigues Monteiro

Prof. MSc. Daniel Gustavo Fleig

Prof. Dra. Mayra Taiza Sulzbach

FERNANDO APARECIDO CAMARA
 Estudante

Conceitos de aprovação
 APL = Aprendizagem Plena
 AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
 APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
 AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



Formulação e Planejamento de Políticas Públicas com auxílio de Sistema de Informações Geográficas - SIG.

Fernando Aparecido Camara¹

RESUMO

As geotecnologias se fazem presente para possibilitar a otimização de nosso fazer profissional. Este trabalho tem por finalidade estudar algumas geotecnologias disponíveis para que posteriormente possam ser utilizadas na formulação de Políticas Públicas no município de Rio Branco do Sul – Pr, pertencente ao território do Vale do Ribeira. Desenvolvemos um estudo de análise bibliográfica e pesquisa empírica junto ao município Morretes – Pr, onde se encontra o projeto piloto para implementação de Sistemas de Informações Geográficas - SIG. Após revisão bibliográfica e pesquisa empírica procuramos identificar avanços quanto a utilização de SIG no auxílio do Planejamento, Formulação e Gestão de Políticas Públicas, onde este exerce papel fundamental no mapeamento de área e possibilita cruzamento de dados da população de determinado território. Isso indica a possibilidade significativa de gestão das Políticas Públicas elaborando de acordo com a demanda populacional da localidade georreferenciada.

Palavra chave: Política Pública; Geoinformação; Sistema de Informação Geográfica.

ABSTRACT

Geotechnologies do this is to enable the optimization of our professional do. This study aims to know the geoinformation that can later be used in the formulation of public policies in the municipality of Rio Branco do Sul - Pr, belonging to the territory of Vale do Ribeira. Developed a bibliographic analysis and empirical research with the municipality Morretes - Pr, where the pilot project to implement Geographic Information Systems - GIS. After literature review and empirical research sought to identify advances in the use the help of GIS Planning, Design and Management of Public Policy, where it plays a key role in mapping area and enables cross-checking of the population of the territory. This indicates a significant possibility of management of Public Policy elaborating according to population demand georeferenced locality.

Keyword: Public Policy; Geoinformation; Geographic Information System.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Assistente Social e Coordenador das Proteções Sociais Básica e Especial na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Rio Branco do Sul – Pr e Pós graduando em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – UFPR Litoral.

1 INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela elaboração deste Estudo está atrelado às experiências vivenciadas durante os anos de 2011 a 2014, atuando na elaboração de Projetos na Secretaria Municipal de Rio Branco do Sul – PR, localizado no Vale do Ribeira, região metropolitana de Curitiba.

O presente trabalho busca por meio de revisão bibliográfica, sistemática e entrevista com os atores (operadores e usuários) do Sistema de Informações Geográficas – SIG, no município de Morretes, Estado do Paraná, verificar o funcionamento deste e se existem benefícios quanto à elaboração de Planos, Programas e Projetos, na área da Assistência Social, após a implantação do SIG. Para futuramente ser implantado no Município de Rio Branco do Sul.

A escolha do município de Morretes como referência da prática de execução do SIG se deve pela implantação de Projeto Piloto deste Sistema em parceria com a Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, instituição esta que pleiteamos título de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar. Quanto à escolha de Rio Branco do Sul para futura implantação se deve ao fato da Região do Vale do Ribeira possuir um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, do Estado do Paraná e por desenvolvermos ações no âmbito da Gestão Municipal da Assistência Social, onde encontrarmos diversas dificuldades na elaboração de Projetos que contribuam significativamente a população daquele município.

1.1 JUSTIFICATIVA

Nosso trabalho visa desvelar a existência de avanços no campo da Elaboração de Políticas Públicas ao utilizarmos Sistemas de Informações Geográficas como ferramenta de diagnóstico local.

Entendemos o quão importante gerir Políticas Públicas eficazes, atingindo assim um número maior de beneficiários e em contrapartida reduzir desperdício do erário com ações ineficientes.

Outro ponto que nos chamou a atenção pelo tema pesquisado apontado para a formulação das Políticas Públicas aquém da necessidade da população do

município de Rio Branco do Sul-Pr, perfazendo com que famílias fiquem muitas vezes invisíveis perante o poder público devido à dimensão territorial do município.

Rio Branco do Sul se localiza 30km ao norte da Capital Paranaense, pertencendo a Região Metropolitana de Curitiba, atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), sua população é de 30.650 habitantes, desta 8.065 são habitantes da área rural.

Nesta linha propomos a realização de levantamento com Pesquisa Empírica no Município de Morretes-Pr², para identificarmos se o uso de Sistema de Informações Geográficas – SIG, contribui para a formulação de Políticas Públicas mais eficazes, além de proporcionar uma melhor visualização das demandas do município.

Após realização deste estudo, havendo comprovação de avanços pelo uso de SIG pretendemos iniciar Projeto Piloto em Rio Branco do Sul, no ano de 2015, inicialmente junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, identificando a população usuária desta política, para numa segunda etapa cruzarmos estes dados e ver se as Políticas Públicas formuladas neste município estão de fato atendendo os anseios de sua população.

1.2 MÉTODO

Específico na busca de informação para responder a pergunta central “como funciona o Sistema de Informações Geográficas e de que forma o SIG contribui na formulação de Políticas Públicas eficazes”.

1.3 METODOLOGIA

Realizar revisão sistemática sobre os aspectos do SIG, através de pesquisa bibliográfica de alguns Artigos publicados nos últimos anos. Através de Pesquisa analítica de artigos escritos nos últimos anos sobre Sistema de Informações

² Escolhemos Morretes-Pr tendo em vista o atual estágio de implantação de Sistema de Informações Geográficas no município, além deste contar com a Assessoria Técnica da Universidade Federal do Paraná – UFPR Setor Litoral.

Geográficas e Políticas Sociais, após esta etapa faremos pesquisa quantitativa e qualitativa entrevistando os atores e usuários do SIG no município de Morretes-Pr.

1.4 OBJETIVO GERAL

Pesquisar as contribuições quanto à utilização do Sistema de Informações Geográficas para formulação de Políticas Públicas na área da Assistência Social.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar pesquisa sistemática através de artigos publicados nos últimos anos, relacionados ao uso do Sistema de Informações Geográficas;
- Reunir dados sobre formulação de Políticas Públicas na área da Assistência Social, através de pesquisa bibliográfica;
- Elaborar questionário a ser aplicado aos atores e usuários do SIG no município de Morretes-Pr, buscando responder a pergunta central ao nosso trabalho: Sistema de Informações Geográficas contribui para formulação de Políticas Públicas com maior eficácia?;
- Interpretar dados levantados por meio de pesquisa empírica e compilar os resultados alcançados quanto possíveis contribuições do SIG para formulação de Políticas Públicas na área da Assistência Social.

2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS – SIG

Para iniciarmos o debate sobre a utilização do Sistema de Informações Geográficas – SIG, recorreremos aos estudos de Gilberto Câmara, Clodoveu Davis e Antônio Miguel Vieira Monteiro, onde fazem um resgate histórico do surgimento da Geoinformação:

As primeiras tentativas de automatizar parte do processamento de dados com características espaciais aconteceram na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos anos 50, com o objetivo principal de reduzir os custos de produção e manutenção de mapas. [...] os primeiros Sistemas de

Informação Geográfica surgiram na década de 60, no Canadá, como parte de um programa governamental para criar um inventário de recursos naturais. Estes sistemas, no entanto, eram muito difíceis de usar: não existiam monitores gráficos de alta resolução, os computadores necessários eram excessivamente caros, e a mão de obra tinha que ser altamente especializada e caríssima. (Câmara, Davis e Monteiro, p.1-2, 2004)

Atrelado ao auto custo da produção e manutenção dos primeiros sistemas e equipamentos havia ainda grande dificuldade em difundir o Georreferenciamento. Naquele momento histórico não existia disciplinas acadêmicas específicas a geoinformação, seu crescimento foi alavancado apenas no ramo comercial, Câmara, Monteiro e José Simeão de Medeiros nos diz:

A tecnologia de sistemas de informação geográfica evoluiu de maneira muito rápida a partir da década de 70. Como este desenvolvimento foi motivado desde o início por forte interesse comercial, **não foi acompanhado por um correspondente avanço nas bases conceituais da geoinformação; como resultado, o aprendizado do Geoprocessamento tornou-se singularmente dificultado.** Ao contrário de outras disciplinas (como Banco de Dados), **não há um corpo básico de conceitos teóricos, que sirva de suporte para o aprendizado da tecnologia, [...]** (Câmara, Monteiro e Medeiros, 2002, **grifo nosso**).

De acordo com os autores (2002) a ausência da epistemologia pode estar na base da interdisciplinaridade, eles dizem para que isso aconteça será necessário conceber um ponto de convergência de áreas como Informática, Geografia, Planejamento Urbano, Engenharia, Estatística e Ciências do Ambiente, a Ciência da Geoinformação, que para os autores ainda não se consolidaram cientificamente enquanto disciplina.

Ainda segundo os autores (2002) afirmam que para isso acontecer será necessário o estabelecimento de conceitos teóricos para implantação genérica e independentes de aspectos de implantação.

Na busca de estabelecer bases epistemológicas da Ciência da Geoinformação, ainda nos dizeres de Câmara, Monteiro e Medeiros (2002), será preciso identificar as fontes de contribuição teórica nas quais poderemos buscar bases para a reflexão.

A década de 1980 foi quando tivemos a evolução computacional, a qual contribuiu significativamente com os avanços no campo dos Sistemas de Informações Geográficas, tivemos ainda o surgimento de centros de pesquisas e mais precisamente nos Estados Unidos a criação do *National Centre for Geographical Information and Analysis*, marcando assim o surgimento do Geoprocessamento como disciplina científica.

Câmara e Davis dizem:

A década de 80 representa o momento quando a tecnologia de sistemas de informação geográfica inicia um período de acelerado crescimento que dura até os dias de hoje. [...] Nos EUA, a criação dos centros de pesquisa que formam o NCGIA - *National Centre for Geographical Information and Analysis* (NCGIA, 1989) marca o estabelecimento do Geoprocessamento como disciplina científica independente. (Câmara e Davis, 2004, p 1-2)

Eles (2004) atribuem este crescimento pelos avanços no segmento informático, diminuindo assim os custos elevados de hardwares e softwares necessários para o SIG.

No Brasil, tivemos os primeiros registros no início da década de 1980, quando o professor Jorge Xavier da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao desenvolver formação de pessoal para utilizar o SIG, além da vinda do Doutor Roger Tomlinson em 1982, este responsável pela criação do primeiro SIG, incentivando assim o surgimento de inúmeros grupos que se interessaram em desenvolver estes sistemas.

Nosso objetivo neste trabalho não visa o aprofundamento epistemológico da Ciência da Geoinformação, e sim uma leitura sobre a utilização do SIG na contribuição ao formular políticas públicas, mapeando assim determinadas áreas com seus recortes em específicos. Contudo, para conseguirmos compreendê-la melhor precisamos abordar, mesmo de forma superficial, alguns conceitos dentro da Geografia, esta irá nos auxiliar na compreensão de espaço e tempo.

A autora Maria Célia F. Rocha (2004) ressalta que muitas vezes operacionamos SIG com pouquíssima percepção do espaço, “*no máximo pensamos nas análises espaciais mais adequadas a produzirem as respostas para as questões que lançamos e logo passamos a pensar nos objetos e fenômenos do mundo real ora como polígonos, pontos, linhas, ora esquadrihamos o espaço*”.

Hartshorne (1936) apud Câmara, Monteiro e Medeiros (2002) através de seus estudos contribuiu com a base metodológica com o uso do conceito “unidade de área” em Geoprocessamento, possibilitando a mensuração e cruzamento dos dados coletados em um determinado local, desta forma os autores nos dizem:

A representação computacional correspondente aos conceitos de “unidade de área” em Hartshorne é o polígono fechado, que delimita cada região de estudo e um conjunto de atributos, tipicamente armazenados num banco de dados relacional. (Câmara, Monteiro e Medeiros 2002).

Ao definirmos a unidade de área a ser georreferenciada devemos identificá-la por coordenadas, através de um ponto ou um conjunto de pontos mencionando cada entidade geográfica constante na região.

Segundo Câmara e Monteiro (2004), através de dados cadastrais podemos correlacionar às informações coletadas num determinado espaço,

[...] cada um de seus elementos é um *objeto geográfico*, que possui atributos e pode estar associado a várias representações gráficas. Por exemplo, os lotes de uma cidade são elementos do espaço geográfico que possuem atributos (dono, localização, valor venal, IPTU devido, etc.). (Câmara e Monteiro, 2004, p 2-7).

Desta forma a análise de dados cartográficos se torna fundamental para a compreensão de uma problemática específica e bem como a elaboração de programas específicos para sanar e/ou amenizar o problema em si.

Podemos exemplificar aqui a seguinte situação: a construção de Academias ao Ar Livre para serem utilizadas por Pessoas Idosas. Se o município tem georeferenciada a população idosa em setores censitários, ela poderá instalar o equipamento em local mais próximo ao centro populacional a concentração de idosos.

Milton Santos (1985) se refere a quatro termos a serem considerados ao descrevermos as organizações de espaço-tempo.

“Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade”. (Santos, 1985 Apud Câmara, Monteiro e Medeiros 2002).

Ainda nos dizeres dos autores (2002) estes aspectos são mais conceituais do que práticos, pois apontam limitações de sistemas computacionais, relatando que as técnicas de Georreferenciamento não conseguiriam resolver completamente as dualidades *forma-função e estrutura-processo*.

As respostas a estas perguntas devem ser encontradas na situação que vivia a geomática livre no ano de 2004. Iniciávamos um projeto de Software Livre em uma época em que as soluções no campo da geomática livre não estavam tão maduras como agora e onde existiam – e seguem existindo – diversas maneiras de interpretar o modelo de Software Livre. Um ambiente onde estávamos muito acostumados a ver projetos de Software Livre que, por determinadas causas, quase terminavam antes de começar ou se mantinham apenas com um impacto residual, sem provocar mudanças significativas no sistema predominante. Um ambiente onde os únicos atores relevantes eram um grupo de multinacionais de software privado. (gvSIG, 2004).

Esta *Asociación*³ apresenta o pensamento de utilizar o Software Livre não como um fim, mas sim como um meio, de compartilhar o conhecimento entre usuários, para que estes consigam determinados fins. Onde acreditam que o avanço e processo tecnológico serão mais eficazes se compartilharmos os resultados obtidos em pesquisas, superando assim a barreira de ocultar o que fora produzido, socializar todo conhecimento produzido com toda a comunidade gvSIG. (2004).

Associação esta que tem como objetivo final a sustentabilidade do projeto gvSIG. Em torno dos valores democráticos e solidários, próprios do Software Livre, defende o desenvolvimento de um novo modelo de negócio baseado na Cooperação e no Conhecimento compartilhado, onde parte do benefício gerado reverta para o fortalecimento do Projeto gvSIG. A sustentabilidade do projeto gvSIG se fundamenta na manutenção da Estrutura Profissional gvSIG e das infraestruturas necessárias à Comunidade gvSIG. (gvSIG, 2004).

Desta forma, o uso de Geotecnologias livres é essencial para o desenvolvimento humano; as trocas realizadas entre os membros da comunidade contribuem na promoção do desenvolvimento tecnológico e social.

3 FORMULAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS.

Para iniciarmos o debate em si, recorreremos aos estudos de Elenaldo Celso Teixeira (2002), ao definir que Políticas Públicas são:

...diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. (Teixeira, 2002. p02) Grifo nosso

Ações estas demandam em sua grande maioria recursos públicos que poderiam ser melhores investidos, se houvesse um diagnóstico preciso, além disso

³ **Acesso livre à documentação.** Se você necessita resolver dúvidas ou conhecer diversos aspectos técnicos dos produtos gvSIG, pode acessar a área de documentação do projeto, onde encontrará tanto a documentação oficial desenvolvida e mantida pela Estrutura Profissional do gvSIG como os aportes realizados pela Comunidade. **Suporte da Comunidade.** Mediante uma série de listas de distribuição, a Comunidade gvSIG dá suporte tanto em nível de usuário como de desenvolvimento. (gvSIG, 2004).

se as mesmas não sofressem intervenções externas, levando em consideração a linha de governo de quem está no poder. Teixeira (2002) fala quanto a não concretização de um determinado feito, sendo necessário considerar *também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.*

Nos dizeres de Teixeira (2002) as políticas públicas expressam em sua totalidade a elaboração e implantação, além de exercem em seus resultados finais o poder político nela engrenado. O autor ainda complementa *“Como o poder é uma relação social envolvendo vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso”.*

Neste aspecto além da vontade do gestor público, as políticas públicas só terão avanços se forem aclamadas por uma parcela da sociedade. Segundo Alina Célia Santos Menezes (2005), as relações entre sociedade civil e Estado, têm sofrido reformulações nas últimas décadas, para a autora estas relações

[...] deixam aos poucos de acontecer de forma verticalizada para passarem a ser realizadas de maneira horizontalizada, ou seja, as decisões não mais são tomadas apenas por aqueles que detêm o poder político ou o poder econômico e impostas à sociedade, mas são definidas ações em consenso entre o estado e a sociedade. (Menezes, 2005. p3).

Para que este prisma fosse possível, primeiramente temos que entender a reformulação da sociedade civil não mais tinha como objetivo central a revolução do Estado, mas sim redefinir as ações que a esta sociedade ao se organizar em determinados grupos poderia pleitear com mais força o empreendimento do Estatal.

Segundo Liszt Vieira (1996, apud Menezes 2005, p. 2):

[...] compreende a sociedade civil como a esfera de interação entre a economia e o Estado, composto por uma esfera íntima que é a da família, e uma esfera associativa formada especialmente por associações voluntárias, movimentos sociais e formas de comunicação pública. E o papel político da sociedade civil não é o de conquistar para controlar o poder, mas de gerar influência sobre a esfera pública. (Vieira 1996, apud Menezes 2005, p. 2).

De acordo com Teixeira (2002) ao resgatar o conceito de sociedade civil, sendo constituída através da junção de organismos sociais, movimentos, organizações e associações. Entidades estas que irão identificar os problemas sociais extraí-los e então transmitir esta demanda ao poder público, pressionando assim a formulação de uma política pública para determinada área.

Ainda segundo o autor

Elaborar uma política pública significa definir *quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. (Teixeira, 2002, p. 2).

Desta maneira a formulação de uma política específica, demanda a pressão exercida pela sociedade através de seus organismos devidamente identificados e organizados, como também vai depender da linha de governo de quem esta no poder, na qual terá cunho decisório em ações estruturais ou apenas medidas paliativas.

As Políticas Públicas devem responder a demanda da sociedade, para reduzir a carência de um determinado serviço, programas, entre outros. Onde devesse acima de tudo reconhecer direitos sociais, garantindo a cidadania, através da geração de emprego, renda mínima, políticas de: habitação, saúde e assistência social.

Ainda nos dizeres de Teixeira (2002) a natureza da política pública será dividida em estrutural ou conjuntural/emergencial. Onde a estrutural buscará intervir nas relações estruturais da sociedade, podemos exemplificar em: emprego e renda, habitação, educação, entre outros, já as conjuntural/emergencial vem apenas amenizar uma situação de forma temporária, como vem acontecendo nas ações emergenciais da falta de água no Estado de São Paulo e que o Governo Estadual vem adotando medidas emergenciais para garantir o abastecimento.

Outro aspecto levantado pelo autor (2002) é sobre a amplitude dessas políticas com as pessoas que se beneficiariam dela, são classificadas em linhas, a) universais: onde todos os cidadãos poderiam se beneficiar; b) segmentais: direcionadas para uma fração populacional, como crianças, adolescentes, mulheres e idosos; e c) fragmentadas: destinadas a agrupamentos sociais dentro de cada seção social em específico.

Com a promulgação da Carta Magna em 05 de Outubro de 1988, os municípios adquirem autonomia na administração pública, elaborando assim sua legislação específica além de escolher, através do sufrágio universal, quem irá administrar o município. Em nosso entendimento foi um grande avanço para a sociedade civil, ao possibilitar um campo direto pressão, onde quem administra não fica tão distante da população e o principal, conhecer os problemas locais, elaborando assim ações que intervenham diretamente na população.

A partir da década de 1990, com os efeitos do neoliberalismo em nosso país, as intervenções no âmbito das políticas públicas sofrem grandes intervenções, pois o neoliberalismo acredita que harmonia social é consequência do desempenho do livre mercado, que por sua vez a ação do Estado se torna mínima.

Ainda segundo Teixeira (2002) a regulação deve ser o mínimo possível que por sua vez estas políticas “*redistributivas não são toleradas, por que atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social*” e acabam se tornando cada vez mais seletivas, perdendo assim seu caráter universal.

Evanildo Barbosa da Silva (2012) se ampara na legitimidade pelo qual fora eleito, nas urnas, centralizando a formulação das políticas públicas por uma elite técnica.

Segundo Diniz (1997) apud Silva (2012) “*em nome do Estado Mínimo, ilustrando de forma paradigmática o paradoxo neo-liberal, aprofundou a centralização e a concentração de poderes na alta burocracia, estabelecendo um governo plenipotenciário*”.

Corroborar-se com esta informação os estudos realizados por Silva (2012), ao afirmar que:

O país assistirá a um início de década onde o governo comanda munido de plenos poderes. Por isto mesmo, não haverá espaço para negociações e pactos com o restante da sociedade. O discurso do *disciplinamento* e da *ordem* era o prenúncio de modernidade. O Estado ocupa o centro da cena, cabendo ao Executivo (e sua tecnicidade supostamente neutra e eficiente) promover reformas e desregular direitos, desprezando conquistas institucionais que inauguravam o diálogo Estado-Sociedade. (Silva, 2012, p. 05)

Desestruturação esta que acreditamos ser relativamente ligada ao enfraquecimento dos movimentos sociais, fragilizados pela fragmentação, onde as lutas de classes acabam se distanciando, saindo de cena a coletividade das grandes lutas e surgindo os movimentos por interesses específicos.

Utilizamos os estudos de Francieli Araújo e Renata Peres Barbosa em seu trabalho *O Estado e as Reformas Pós Década de 90: Movimentos Sociais, Terceiro Setor e Educação não-formal*, ao retratarem o enfraquecimento dos movimentos sociais

[...] ocorreu em grande parte pela falta de compreensão da dimensão política do trabalho realizado dentro dos movimentos sociais. No lugar do movimento social combativo, de luta que se opunha ao Estado, deu-se lugar à fragmentação dos “novos” movimentos, que desconsideram a coletividade e visam interesses específicos. (Araújo e Barbosa, 2009, p. 27).

De acordo com as mesmas autoras,

Com a crise dos movimentos sociais o Estado deixa de subsidiar suas ações, o que, por sua vez, gera o silenciamento dos movimentos, que perdem seu ato político. Com isso, o Estado não é mais responsabilizado por essas questões, havendo o desvio para o terceiro setor [...] (Araújo e Barbosa, 2009, p. 28).

Observamos que na década de 1990 houve um afastamento do Estado enquanto garantidor de direitos, delegando ao terceiro setor⁴ responsabilidades sociais que lhe pertenciam. Aplicando assim na prática a ideologia liberal, reportando para a sociedade o papel de identificar os problemas sociais.

Quando as entidades do terceiro setor passam a gerir a demanda social, esta é mais uma vez fragmentada tendo em vista que cada instituição terá sua linha de atuação e por sua vez nem todas as mazelas sociais se contemplarão.

Entretanto, nesta mesma década tivemos a regulamentação de Leis (através de Estatutos e/ou Leis Orgânicas), consolidando a Constituição Federal aprovada na década anterior. Entre elas temos as Leis: 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; a 8080/90 – Lei Orgânica da Saúde; a 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social. Legislações que por um lado regulamentavam a obrigação do Estado em seu Art. 2º *“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”* e por outro regularizavam a ação das organizações não-governamentais no Art. 4º §2º *“A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde - SUS, em caráter complementar”* a executarem em seu Art. 24. *“Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde - SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”*.

São bem visíveis as brechas legais, permitindo assim a ausência do Estado e a transferência de suas atribuições para entidades não governamentais e empresas privadas.

⁴ Terceiro Setor é formado por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, que expressam a sociedade civil organizada, com participação de voluntários, para atendimentos de interesse público em diferentes áreas e segmentos. Avança da perspectiva filantrópica e caritativa para uma atuação profissional e técnica, na qual os usuários são sujeitos de direitos, tendo em vista o alcance de um trabalho qualitativamente diferenciado daquele que sempre marcou a história dessas organizações: o assistencialismo e a filantropia. (Costa, 2005).

Márcio Pochmann (2011) nos fala sobre o início do século XXI com a vitória de Luis Inácio Lula da Silva, as expectativas por mudanças no Estado Brasileiro eram muitas e em comparação com os Governos da década de 1990 tiveram superioridade, porém não houve mudanças estruturais de retirar da sociedade diversos serviços delegados outrora a esta.

Em seu artigo, relata que:

O fato de o governo Lula (2003 – 2010) não ter se distanciado do tripé da política macroeconômica introduzido na crise cambial de 1999, por meio do sistema de metas de inflação, do regime de câmbio flutuante e da manutenção de superávits primários nas contas públicas, não implicou a reprodução do pensamento neoliberal difundidos durante o governo Cardoso (1995 – 2002). Mesmo que não se deva negar a persistência de sinais inequívocos do arcabouço macroeconômico do final da década de 1990 voltado ao combate da inflação, **cabe muito mais ressaltar a essência do movimento de reorganização econômica recente em torno da retomada do projeto nacional de desenvolvimento [...].** (Pochmann, 2011, p. 5) **Grifo nosso.**

Embora o Estado voltasse a aparecer, com políticas públicas visando à redução da pobreza, com programa, em âmbito federal, de transferência de renda, o Programa Bolsa Família. Tivemos em outros segmentos implementação de outras políticas sociais, podemos exemplificar três grandes Programas: a) Programa Universidade Para Todos (Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005), aumentando o número de vagas em instituição de nível superior para alunos oriundos de escola pública; b) Programa de Aceleração do Crescimento (Lei 11.578 de 26 de Novembro de 2007), visando melhorias na infraestrutura do país; c) Minha Casa Minha Vida (Lei 11.977 de 07 de Julho de 2009), política pública de habitação para reduzir a falta de domicílios no Brasil e não poderíamos deixar de falar de políticas públicas voltadas à educação.

Dependerá da visão política de quem estiver no poder num dado momento, pois Política pública se faz com pressão popular, a sociedade tem que estar devidamente organizada para pressionar os governantes a viabilizarem a concretização dos direitos sociais, caso contrario ficaremos reféns do grupo político que nos governará. A sociedade, somente, organizada poderá mudar sua história.

4 PESQUISA EMPÍRICA SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SIG NO MUNICÍPIO DE MORRETES - Pr.

Optamos por realizar pesquisa qualitativa para compreendermos melhor o trabalho realizado em Morretes - Pr não apenas em números mas sim toda a sua complexidade. Desta maneira a escolha do método qualitativo é imprescindível. Pois apenas uma pesquisa qualitativa permite maior aproximação ao objeto de pesquisa que abrange uma dada situação, que por sua vez em uma pesquisa quantitativa não pudesse ser abordada de forma precisa (MINAYO, 1994).

A autora continua argumentando que a pesquisa qualitativa;

[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis [...] a diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas [...] (MINAYO, 2003, p.21 e 22).

Na elaboração dos instrumentos de pesquisa buscamos auxílio teórico no campo da pesquisa social. Assim optamos por utilizar a entrevista como instrumentos principais na coleta dos dados.

Segundo o sociólogo Otávio Cruz Neto (2003);

A entrevista é o procedimento mais usual do trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (NETO, p.57).

Após termos escolhido a entrevista como nosso instrumento de pesquisa, optamos também por realizá-la de forma semi-estruturada. Para isto elaboramos um roteiro (APÊNDICE) para servir como norteador, permitindo assim captar melhor os elementos que em uma entrevista com questões fechadas não seria possível.

Inicialmente havíamos previsto a realização junto aos Gestores, Servidores (que fazem uso em cotidiano profissional) e Usuários diretamente ligados a utilização do SIG, contudo tivemos um limitador, devido aos atrasos nos trabalhos desenvolvidos no município de Morretes quanto a sua implantação.

Dividimos o roteiro para entrevista em dois grandes eixos, sendo: Eixo 1 Identificação do Entrevistado e Eixo 2 Operacionalização do Sistema de Informações Geográficas.

Na data de 07 de novembro de 2014 realizamos visita técnica ao referido município com a intenção de aplicarmos um questionário aos atores supracitados que nos proporcionariam uma análise empírica do uso de Sistemas de Informações

Geográficas e bem como poderiam nos dar melhores dimensões em seu uso para formulação e implementação de Políticas Públicas.

Fomos recebidos por um dos responsáveis do Departamento de Tecnologia da Informação do Município de Morretes, o Sr. Jakson Cunha de Souza⁵, onde este nos transmitiu algumas informações e relatou as dificuldades quanto à implementação do Georreferenciamento nesta cidade.

Jakson nos disse fazer 1 (um) ano que foi contratado pelo município de Morretes e anteriormente estava ligado ao projeto piloto de implantação do SIG em parceria com a UFPR - Litoral.

Após coleta da identificação de nosso entrevistado passamos a direcionar a conversa em consonância ao Eixo 2, da Operacionalização do Sistema de Informações Geográficas.

Direcionamos para o nível de sobre o SIG, Jakson nos relatou que considera ter nível de conhecimento intermediário, já participou de alguns treinamentos, palestras e eventos específicos de Sistemas de Informações Geográficas, participando este ano da Jornada gvSIG em São Paulo.

Em seguida perguntando há quanto tempo estão utilizando o SIG. Jakson nos disse *“faz um ano que retomamos o uso, pois havia sido paralisado por um tempo, devido a troca de gestão”*.

Devido a paralisação nas atividades de implantação do Sistema de informações Geográficas não conseguimos obter dados quanto a mensuração de resultados, se notaram alguma melhorias no tangir de elaboração e acompanhamento de políticas públicas realizadas pelo município. Bem como se houve quais seriam e após quanto tempo.

Dando seqüência ao roteiro perguntamos a Jakson como tiveram acesso ao SIG e como foi dada sua implantação no município. E ele nos disse *“o primeiro contato que tivemos foi com o Professor Ricardo Monteiro, da universidade Federal do Paraná – UFPR - Litoral – realizando algumas atividades de treinamento com alguns gestores/servidores daqui de Morretes”*.

Logo a após perguntamos a Jakson sobre as ferramentas que são utilizadas. Este nos disse *“usamos o gvSIG versão 1.12 e futuramente iniciarão testes na versão 2.1, usamos também o Quantum GIS (atualmente denominado QGIS)”*.

⁵ Aluno do curso de informática e cidadania da UFPR Litoral, bolsistas do PDUR e estagiário na PMMorretes.

Perguntamos a Jakson sobre o início, como foi e bem como se houve resistência por parte dos servidores na implantação. Ele nos disse *“no começo alguns não conseguiam entender para que deveria ser feito, enfrentamos problemas na licitação de equipamentos, mas com o tempo começaram a colaborar”* finalizando sua fala com a frase *“a falta de conhecimento de alguns é assustador”*.

Finalizando o roteiro deixamos espaço para Jakson fazer suas considerações e bem como relatar suas experiências quanto ao uso de SIG. Ele nos disse:

“Estamos regularizando o cadastramento das ruas de Morretes através do APIs do Google, compramos 2 (dois) aparelhos de GPS da marca Garmin 62SC para posicionamento Geográfico durante as coletas de dados. Estamos em conversa com a Secretária de Assistência Social para usarmos o Cadastro Único e o Banco de Dados da Saúde, além destas pretendemos utilizar estes dados para Educação e Tributação. Num primeiro momento tivemos a contribuição da Educação, porém o sistema utilizado por eles é fornecido pelo Governo Federal e estamos encontrando limitações ao exportarmos dados, quando fazemos a exportação os dados aparecem fora da formatação inicial, ficando confusa sua interpretação. Para coletarmos os dados em atividade externas pretendemos contar com a colaboração dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, onde eles após receberem treinamento irão coletar os dados com o auxílio de um GPS. Considero extremamente importante ter um espaço específico para os responsáveis pelo Georreferenciamento, sem que precise atender outras demandas, tendo dedicação exclusiva para realizar este trabalho e comprometimento não apenas de quem coleta, mas também de quem gerencia os dados. Aqui em Morretes temos ainda dificuldades com mão-de-obra para realizar este trabalho. Na próxima semana será realizado na Universidade Federal um treinamento gvSIG com o objetivo de capacitar os professores.”

Embora não conseguimos mensurar resultados no município de Morretes tendo em vista que o SIG encontra-se ainda em processo de implantação, cabe aqui afirmar que não é nossa intenção avaliar o andamento dos trabalhos neste município e sim evidenciar o processo em que percorreram para aprimorarmos e posteriormente implantarmos no município de Rio Branco do Sul.

Entretanto a possibilidade de conhecer as ações pensadas em outro município e ao identificar as dificuldades por eles sofridas, isso irá contribuir de

forma positiva para que possamos ter um planejamento mais aprimorado para não recairmos em alguns aspectos vivenciados por eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do presente trabalho nos possibilitou uma reflexão sobre Sistemas de Informações Geográficas e seu uso na formulação e execução de Políticas Públicas, através da revisão bibliográfica de SIG e Políticas Públicas bem como ao realizarmos a pesquisa empírica, embora esta não tenha proporcionado uma avaliação de seu funcionamento, tendo em vista seu estado precoce que se encontra.

Com base nos estudos realizados o Georreferenciamento vem contribuir para o planejamento de ações públicas, possibilitando visualizar a dimensão exata de determinadas demandas que por algum motivo estejam reprimidas.

Outro ponto forte a ser considerado em Sistemas de Informações Geográficas fica no tocante da regionalização das Políticas Públicas em que podemos otimizar o espaço e com isso proporcionar melhores condições a população.

Utilizando a coleta e a mensuração de dados para o planejamento da área da infância e juventude podemos ter em menor tempo o levantamento das crianças e adolescentes que se encontram fora da escola ou em situação de evasão escolar e mediante transmissão de dados por sistema encaminhar aos Centros de Referência de Assistência Social e Conselho Tutelar sem esperar o fechamento de semestres. Desde que haja pauta informatizada para controle de faltas escolares e/ou varredura da localidade com cadastramento total da população.

Ainda no tangir da infância e juventude a realização de ações específicas na prevenção da gravidez na adolescência, respeitando os hábitos locais e intensificar as campanhas sócioeducativas nestas áreas de maior concentração, colocando equipes volantes em trabalho de campo.

Outro aspecto no leque possibilidades e envolvendo a Secretaria de Urbanismo vem ser a contribuição para realização com pontos exatos sobre o solo e as construções em situação de risco de desabamento por estarem localizadas em morros no município de Rio Branco do Sul.

Neste estudo e coletas de dados (embora estivessem em estado precoce⁶) pudemos perceber a contribuição que o Georreferenciamento através de Sistemas de Informações Geográficas pode contribuir para pensarmos uma melhor ação por parte do Poder Público em suas ações. Contudo consideramos necessário aprofundarmos mais nestes estudos para conseguirmos concretizar estas ações em prol da população rio-branquense.

Em nossa avaliação os instrumentos utilizados para coletar os dados estavam adequados para o conhecimento da realidade. Entretanto as ações realizadas pelo município que escolhos para pesquisa não estavam num patamar que proporcionasse uma visão das ações formuladas após a implantação e que surtisse efeito na realidade hoje vivida pelos seus habitantes.

Com relação à continuidade do estudo, consideramos interessante a construção de um trabalho sobre Gestão Pública na era digital, que proporcione um formular políticas puçás em menor tempo e com maior capacidade de superar a necessidade naquele momento e bem como estimular a autonomia do indivíduo.

Consideramos ainda que o presente trabalho seja de suma importância para o Serviço Social, busca a autonomia do individuo, a superação, a dignidade, entre outros aspectos fundamentais para o crescimento humano. Tornando-o assim, protagonista em suas perspectivas de futuro.

⁶ Consideramos importante destacar que a dificuldade maior se deu na escassez de recursos humanos, e essa é a principal razão para entender o estágio inicial em que se encontram, e esta ser a dificuldade deste projeto piloto alavancar.

REFERENCIAL

ARAÚJO, Francieli. BARBOSA, Renata Peres. **O Estado e as Reformas Pós Década de 90: movimentos sociais, terceiro setor e educação não-formal.** 2009. Disponível em: < http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/ARA_UJO.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, D.F., 16 jul. 1990. Retificado em: 27 set. 1990.

_____. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, D.F., 8 dez. 1998.

_____. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, D.F., 20 set. 1990.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, D.F., 14 jan. 2005.

_____. Lei nº 11.578 de 26 de Novembro de 2007. Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008. **Diário Oficial da União.** Brasília, D.F., 27 nov. 2007.

_____. Lei nº 11.977 de 07 de Julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, D.F., 8 jul. 2009.

CÂMARA, Gilberto. MONTEIRO, Antônio Miguel. CLODOVEU, Davis Viana. **Introdução à Ciência da Geoinformação. São José dos Campos, 2004. p. 1-2.** Disponível em: disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/papers/epistemologia.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2014.

CÂMARA, Gilberto. MONTEIRO, Antônio Miguel. MEDEIROS, José Simeão de. Breve Histórico do Geoprocessamento. In _____ **Introdução à Ciência da Geoinformação.** São José dos Campos: 2004. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap1-introducao.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2014.

_____. Representações Computacionais do Espaço: Um Diálogo entre a Geografia e a Ciência da Geoinformação. **Inep**, Rio Claro p. 251-280, 2002. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/papers/epistemologia.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2014.

COSTA, Maria Célia F. Fundamentos das Representações do Espaço e do Tempo e Sistemas de Informações Geográficas. In Geoprocessamento e Urbanismo, **Anais...** Salvador, PPGAU/UFBA, 2004. p. 1-19.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. **Serviço Social em Revista.** Londrina, v.7, n.2, jun/jul. 2005. Disponível em: <www.uel.br/revistas/ssrevista>. Acesso em: 13 out. 2014.

GVSIG. **Portal gvSIG.** Disponível em: <<http://www.gvsig.org/web>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

MENEZES, Alina Célia Santos. O Desafio da Participação Popular na Definição de Políticas Públicas. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania, 2, 2005, São Luís. **Anais...** São Luís: 2005. p. 2-3.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** 22.ed. Petrópolis:Vozes, 2003. 51-66.

NETO, Olavo Cruz. O Trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** 22.ed. Petrópolis:Vozes, 2003. 51-66.

POCHMANN, Márcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social.** Brasília, v.13, n.28, jan/jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/5620/4668>. Acesso em: 13 out. 2014.

SILVA, Evanildo Barbosa da. Políticas Públicas no Brasil Nos Anos 90: balanço crítico e possibilidades abertas por instrumentos participativos. Recife, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/ooPbru>>. Acesso em 09 ago. 2014.

TEIXEIRA, Eleandro Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **AATR-BA**, 2002. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em 12 ago. 2014.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO 1 – ATORES (funcionários) DE SIG – MUNICÍPIO DE MORRETES – PR

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____

1.2 Data de Nascimento: ___/___/____.

1.3 Escolaridade: _____

1.4 Tempo de atuação no Setor/Cargo: _____

2. OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS:

2.1 Vocês possuem conhecimento sobre Sistema de Informações Geográficas e qual o seu nível de conhecimento?

2.2 Há quanto tempo utilizam o SIG nesta Secretaria/Departamento?

2.3 Após a utilização de SIG notou alguma melhoria para elaborar e/ou acompanhar a execução de políticas públicas?

2.4 Se sim, quais melhorias poderiam ser apontadas?

2.5 Após quanto tempo de operacionalização do SIG foi notado estas melhorias?

2.6 Como vocês tiveram acesso ao SIG e como se deu a implantação?

2.7 Qual a ferramenta (software, programas (Excel, Banco de Dados, Calculadoras) é utilizada em seu departamento?

2.8 Como foi no início? Houve resistência da parte dos servidores que operacionalizam e como esta hoje?

2.9 Existe algo você gostaria de relatar sobre sua experiência em operacionalizar SIG?

QUESTIONÁRIO 2 – GESTORES DE SIG – MUNICÍPIO DE MORRETES – PR

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____

1.2 Data de Nascimento: ___/___/____.

1.3 Escolaridade: _____

1.4 Tempo de atuação no Setor/Cargo: _____

2. OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS:

2.1 Vocês possuem conhecimento sobre Sistema de Informações Geográficas e qual o seu nível de conhecimento?
_____2.2 Há quanto tempo utilizam o SIG nesta Secretaria/Departamento?
_____2.3 Após a utilização de SIG notou alguma melhoria para elaborar e/ou acompanhar a execução de políticas públicas?
_____2.4 Se sim, quais melhorias poderiam ser apontadas?

_____2.5 Após quanto tempo de operacionalização do SIG foi notado estas melhorias?
_____2.6 Como vocês tiveram acesso ao SIG e como se deu a implantação?

_____2.7 Qual a ferramenta (software, programas (Excel, Banco de Dados, Calculadoras) é utilizada em seu departamento?

_____2.8 Como foi no início? Houve resistência da parte dos servidores que operacionalizam e como esta hoje?
_____2.9 Existe algo que gostaria de relatar sobre sua experiência em operacionalizar SIG?

QUESTIONÁRIO 3 – USUÁRIOS ATENDIDOS PELOS DEPARTAMENTOS QUE
UTILIZAM SIG – MUNICÍPIO DE MORRETES – PR

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____

1.2 Data de Nascimento: ___/___/____.

1.3 Escolaridade: _____

1.4 Profissão: _____

2. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS QUE UTILIZAM SIG:

2.1 Há quanto tempo o(a) Sr(a) reside neste município?

2.2 Qual o seu entendimento sobre Políticas Públicas?

2.3 O(a) Sr(a) participou alguma vez de instâncias de Controle Social (Conselhos, Conferências), Associação de Moradores e/ou Partido político?

2.4 Atualmente o município de Morretes vem adotando a utilização de Sistema de Informações Geográficas para buscar uma melhor identificação dos usuários, o(a) Sr(a) notou alguma melhoria nos últimos dois anos?

2.5 Existe algo você gostaria de relatar sobre sua experiência em operacionalizar SIG?
